



**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Noroeste RS - Sicredi Noroeste RS**
CNPJ/MF nº 89.049.738/0001-57

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Noroeste RS - Sicredi Noroeste RS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS (Em milhares de Reais)

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017
ORÇULANTE	648.394	608.823	ORÇULANTE	322.466	285.205
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	4.760	4.892	DEPÓSITOS (NOTA 12)	104.442	78.281
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 03)	-	21.679	Depósitos à Vista	73.731	53.006
Carteira Própria	-	21.679	Depósitos a Prazo	30.711	25.275
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	241.474	211.149	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	180.075	164.309
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	7	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	11	15
Tesouro Nacional - Recursos Crédito Rural	340	76	Repasses Interfinanceiros (NOTA 13)	180.064	164.294
Correspondentes no país	622	285	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.759	1.375
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	240.512	210.781	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.759	1.375
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	375.047	346.746	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	-	9.211
Operações de Crédito	388.640	362.895	Empréstimos País - Outras Instituições	-	9.211
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(13.593)	(16.149)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	36.180	32.029
OUTROS CRÉDITOS	19.665	17.099	Cobrança e Arrecadação de Tributos	240	300
Créditos por Aíais e Fianças Honorários (NOTA 07)	39	31	Sociais e Estatutárias	4.991	6.568
Rendimentos a Receber	1.690	1.551	Fiscais e Previdenciárias	2.088	1.597
Créditos Específicos	5.045	4.741	Diversas (NOTA 15)	28.911	23.564
Diversos (NOTA 07 e 08)	18.331	15.735			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(5.440)	(5.019)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 03)	2.448	2.298			
Outros Valores e Bens	2.412	2.286			
(Provisão para desvalorização)	(88)	(96)			
Despesas Antecipadas	119	108			
NÃO ORÇULANTE	262.067	163.896	NÃO ORÇULANTE	346.134	275.867
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	66.783	11.311	DEPÓSITOS (NOTA 12)	343.814	275.014
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	66.783	11.311	Depósitos Interfinanceiros	9.583	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	141.809	102.500	Depósitos a Prazo	334.231	275.014
Operações de Crédito	152.841	134.019	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	2.300	853
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(11.032)	(11.499)	Repasses Interfinanceiros	2.300	853
OUTROS CRÉDITOS	3.455	4.149			
Diversos (NOTA 07 e 08)	3.566	4.225			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(111)	(76)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 03)	79	8			
Despesas Antecipadas	79	8			
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	24.356	24.356	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	236.871	206.647
Outros Investimentos	24.356	24.356			
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	16.815	15.003	CAPITAL SOCIAL (NOTA 17)	55.266	51.701
Imóveis de Uso	7.079	6.309	De Contribuintes no País	55.276	51.715
Outras Imobilizações de Uso	17.426	14.884	(Capital a Realizar)	(10)	(14)
(Depreciação acumulada)	(7.690)	(6.190)	RESERVAS DE SOBRAS	172.646	146.196
INTANGÍVEL (NOTA 11)	8.770	6.549	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	8.959	8.750
Outros Ativos Intangíveis	16.585	12.624			
(Amortização acumulada)	(7.815)	(6.075)			
TOTAL DO ATIVO	905.461	762.719	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	905.461	762.719

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS (Em milhares de Reais)

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	45.870	-	45.870	90.057	-	90.057	89.968	-	89.968
Operações de Crédito	45.054	-	45.054	88.856	-	88.856	87.427	-	87.427
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	814	-	814	1.178	-	1.178	2.536	-	2.536
Resultado das Aplicações Compulsórias	2	-	2	23	-	23	5	-	5
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(16.558)	(33)	(16.591)	(27.592)	(63)	(27.655)	(39.471)	(756)	(40.227)
Operações de Captação no Mercado	(10.195)	(33)	(10.228)	(19.403)	(63)	(19.466)	(27.440)	(46)	(27.486)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.548)	-	(3.548)	(7.377)	-	(7.377)	(7.562)	(710)	(8.272)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.815)	-	(2.815)	(812)	-	(812)	(4.469)	-	(4.469)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	29.312	(33)	29.279	62.465	(63)	62.402	50.497	(756)	49.741
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(14.966)	3.473	(11.493)	(27.890)	6.745	(21.145)	(15.857)	5.696	(10.161)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	3.436	6.964	10.400	6.704	13.574	20.278	7.120	11.299	18.419
Rendimentos de Tarifas Bancárias	1.548	-	1.548	3.202	-	3.202	4.923	-	4.923
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(14.525)	(1.449)	(15.974)	(28.367)	(2.800)	(31.167)	(27.650)	(2.594)	(30.244)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(10.719)	(1.318)	(12.037)	(19.747)	(2.494)	(22.241)	(17.128)	(1.997)	(19.125)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(33)	(317)	(350)	(74)	(615)	(689)	(272)	(485)	(757)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	12.758	215	12.973	25.526	360	25.886	31.024	394	31.418
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(7.431)	(622)	(8.053)	(15.134)	(1.280)	(16.414)	(13.874)	(921)	(14.795)
RESULTADO OPERACIONAL	14.346	3.440	17.786	34.575	6.682	41.257	34.640	4.940	39.580
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	15	25	40	(8)	187	179	166	343	509
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	14.361	3.465	17.826	34.567	6.869	41.436	34.806	5.283	40.089
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(298)	(298)	-	(1.607)	(1.607)	-	(1.158)	(1.158)
Provisão para Imposto de Renda	-	(165)	(165)	-	(935)	(935)	-	(676)	(676)
Provisão para Contribuição Social	-	(133)	(133)	-	(672)	(672)	-	(482)	(482)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	14.361	3.167	17.528	34.567	5.262	39.829	34.806	4.125	38.931
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	5.262	(5.262)	-	4.125	(4.125)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	14.361	3.167	17.528	39.829	-	39.829	38.931	-	38.931
DESTINAÇÕES	-	-	-	(30.870)	-	(30.870)	(30.184)	-	(30.184)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.628)	-	(2.628)	(2.514)	-	(2.514)
Fates - Estatutária	-	-	-	(1.792)	-	(1.792)	(1.750)	-	(1.750)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(25.086)	-	(25.086)	(24.492)	-	(24.492)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.364)	-	(1.364)	(1.428)	-	(1.428)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	8.959	-	8.959	8.747	-	8.747

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)**

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldo no início do período em 01/01/2017	50.850	119.127	-	5.836	175.813
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.449	-	-	(4.341)	(2.892)
Destinações para reservas	-	1.149	-	(1.149)	-
Outras destinações	-	-	-	(346)	(346)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	965	-	-	-	965
Baixas de capital	(4.025)	-	-	-	(4.025)
Reversão de Outras Reservas	-	-	-	3	3
Resultado do período	-	-	-	38.931	38.931
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.750)	(1.750)
Reserva Legal - Estatutária	-	24.492	-	(24.492)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.462	-	-	(2.514)	(52)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.428	-	(1.428)	-
Saldo no fim do período em 31/12/2017	51.701	146.196	-	8.750	206.647
Mutações do Período	851	27.069	-	2.914	30.834
Saldo no início do período em 01/01/2018	51.701	146.196	-	8.750	206.647
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	4.066	-	-	(8.116)	(4.050)
Destinações para reservas	-	-	525	(525)	-
Outras destinações	-	-	(525)	(109)	(634)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	828	-	-	-	828
Baixas de capital	(3.916)	-	-	-	(3.916)
Resultado do período	-	-	-	39.829	39.829
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.792)	(1.792)
Reserva Legal - Estatutária	-	25.086	-	(25.086)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.587	-	-	(2.628)	(41)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.364	-	(1.364)	-
Saldo no fim do período em 31/12/2018	55.266	172.646	-	8.959	236.871
Mutações do Período	3.565	26.450	-	209	30.224
Saldo no início do período em 01/07/2018 (Não auditado)	53.844	146.196	525	22.301	222.866
Destinação resultado exercício anterior	-	-	(525)	-	(525)
Outras destinações	-	-	-	-	-
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	427	-	-	-	427
Baixas de capital	(1.592)	-	-	-	(1.592)
Resultado do período	-	-	-	17.528	17.528
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.792)	(1.792)
Reserva Legal - Estatutária	-	25.086	-	(25.086)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.587	-	-	(2.628)	(41)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.364	-	(1.364)	-
Saldo no fim do período em 31/12/2018	55.266	172.646	-	8.959	236.871
Mutações do Período	1.422	26.450	(525)	(13.342)	14.005

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)**

	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	19.202	39.163	42.113
Resultado do semestre/exercício	17.528	39.829	38.931
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	1.674	(666)	3.182
(Reversão) Provisão para operações de crédito	1.583	(3.022)	1.639
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(13)	(13)	45
Provisão para desvalorização de outros créditos	229	455	336
Depreciação do imobilizado de uso	932	1.798	1.537
Amortização do intangível	917	1.740	1.536
Baixas do ativo permanente	59	294	178
(Reversão) para passivos contingentes	(69)	(149)	(625)
Destinações ao FATES	(1.792)	(1.792)	(1.750)
Dividendos SicrediPar	(172)	23	286
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(33.883)	6.114	(79.163)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(55.113)	(55.472)	(3.357)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	-	21.679	(21.679)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	2.420	7	(5)
(Aumento) em créditos vinculados	(300)	(264)	(46)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(278)	(337)	24
(Aumento) em operações de crédito	(131.573)	(64.567)	(59.122)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	112.784	17.234	6.987
(Aumento) em outros créditos	(1.459)	(2.392)	(3.674)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	146	(209)	517
Aumento (Redução) em depósitos	39.406	94.961	(2.677)
Aumento em relações interdependências passivas	1.282	384	253
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(9.527)	(9.211)	(26)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(2.097)	(3.712)	(2.214)
Aumento em outras obrigações	10.426	8.013	5.856
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(14.681)	45.277	(37.050)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.712)	(3.905)	(5.874)
Aplicações no Intangível	(1.610)	(3.960)	(2.448)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.322)	(7.865)	(8.322)
Integralização de capital	427	828	965
Baixa de capital	(1.592)	(3.916)	(4.025)
Juros ao capital próprio	(41)	(41)	(52)
Distribuição de Sobras	(525)	(4.684)	(3.238)
Reversão de Outras Reservas	-	-	3
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.731)	(7.813)	(6.347)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(19.734)	29.599	(51.719)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	265.006	215.673	267.392
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	245.272	245.272	215.673
(NOTA 04)			

uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").
A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen(CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 20 de fevereiro de 2019.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados

e/ou divulgados;

- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	4.760	4.892
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	240.512	210.781
Total	245.272	215.673

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2018	2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	66.783	11.311
- Di entre Banco e Cooperativas	54.747	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	12.036	11.311
Total não circulante	66.783	11.311

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2018	2017
Cotas de Fundos de Renda Fixa	-	21.679
Total circulante	-	21.679

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2018			
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	194.432	128.022	322.454	291.027
Financiamentos	15.081	22.448	37.529	21.335
Financiamentos rurais e agroindustriais	179.127	2.371	181.498	164.552
Carteira total	388.640	152.841	541.481	476.914

Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honorados	39	-	39	31
Devedores por compra de valores e bens	2.506	3.565	6.071	6.961
Títulos e créditos a receber (i)	14.175	1	14.176	9.772
Total	16.720	3.566	20.286	16.764

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2018	2017	2018	2017
Nível AA	-	1	-	-	-
Nível A	0,50	154.927	112.941	775	565
Nível B	1,00	207.248	213.974	2.072	2.340
Nível C	3,00	107.705	80.348	3.230	2.441
Nível D	10,00	67.286	54.478	6.729	5.448
Nível E	30,00	12.858	12.981	3.857	3.894
Nível F	50,00	4.875	8.566	2.438	4.483
Nível G	70,00	2.789	3.196	1.952	2.237
Nível H	100,00	4.078	6.794	4.078	6.794
Total (i)		561.767	493.678	25.131	28.002

(i) Em 31 de dezembro de 2018 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 5.045 (2017 - R\$ 4.741).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2018				2017	
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total da Carteira	Total da Carteira	
Pessoas Físicas	1.746	51.290	66.127	104.826	223.989	195.075	
Rural	-	37.974	141.153	2.371	181.498	164.552	
Industrial	29	9.300	3.988	7.056	20.373	16.275	
Comércio	83	28.746	18.608	13.713	61.150	52.649	
Outros Serviços	129	21.196	24.991	28.441	74.757	65.127	
Total	1.987	148.506	254.867	156.407	561.767	493.678	

d) Concentração das operações de crédito

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	68.421	12,18	63.570	12,88
50 devedores seguintes	85.181	15,16	77.019	15,60
100 devedores seguintes	64.243	11,44	57.440	11,64
Demais	343.922	61,22	295.649	59,89
Total	561.767	100	493.678	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2018	2017
Saldo inicial	32.743	30.768
Constituição de provisão	812	4.469
Movimentação de baixados para prejuízo	(3.379)	(2.494)
Saldo final	30.176	32.743

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 3.369 (2017 - R\$ 2.318), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 19.840 (2017 - R\$ 16.933).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	178	262
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	582	2.360
Devedores por compra de valores e bens	2.506	2.738
Devedores por depósitos em garantia	1	-
Impostos e contribuições a compensar	35	44
Títulos e créditos a receber	14.175	9.770
Valores honorados	-	197
Cotas de consórcio	188	161
Devedores por convênios	62	52
Operações com cartões	343	32
Pendências a regularizar	170	44
Outros	91	95
Total Circulante	18.331	15.755
Devedores por compra de valores e bens	3.565	4.223
Títulos e créditos a receber	1	2
Total não circulante	3.566	4.225

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2018	2017
Bens não de uso próprio	2.395	2.270
Imóveis	1.664	1.594
Veículos e afins	558	296
Máquinas e equipamentos	173	35
Bens em regime especial	-	345
Material em estoque	17	16
Despesas antecipadas	119	108
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(83)	(96)
Total Circulante	2.448	2.298
Despesas antecipadas	79	8
Total não circulante	79	8

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 83 (2017 - R\$ 96) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	13.705	13.705
Sicredi Participações S.A.	10.650	10.650
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	24.356	24.356

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas	3.450.159 ON	3.450.159 ON	1	1	13.705.090	13.705.090
Percentual de participação	7.200.181 PN	7.200.181 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Capital social	1.21%	1.22%	0,62%	0,61%	9,57%	9,90%
Patrimônio líquido	880.597	874.847	164	164	383.377	351.047
Lucro líquido do exercício	906.341	893.040	252.691	240.569	393.914	361.565
Valor do investimento	14.956	16.863	12.122	35.861	-	-
	10.650	10.650	1	1	13.705	13.705

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2018			2017
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	24.505	(7.690)	16.815	15.003
Imobilizações em curso	-	1.150	-	1.150	1.108
Terrenos	-	4.316	-	4.316	3.546
Edificações	4%	2.763	(581)	2.182	2.304
Instalações	10%	6.545	(1.910)	4.635	4.057
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.245	(1.429)	1.816	1.593
Sistema de comunicação	10%	224	(81)	143	68
Sistema de processamento de dados	20%	3.573	(2.582)	991	1.078
Sistema de segurança	10%	813	(235)	578	492
Sistema de transporte	20%	1.876	(872)	1.004	757
Intangível (i)		16.585	(7.815)	8.770	6.549
Investimentos Confederação		14.426	(7.419)	7.007	5.720
Outros ativos intangíveis		2.159	(396)	1.763	829
Total		41.090	(15.505)	25.585	21.552

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2018				2017
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	73.731	-	-	73.731	53.006
Depósitos Interfinanceiros	-	-	9.583	9.583	-
Depósitos a prazo	11.787	18.924	334.231	364.942	300.289
Total	85.518	18.924	343.814	448.256	353.295

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Recursos do Crédito Rural	180.064	163.960
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	180.064	163.960
Outros Recursos	-	334
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	334
Total circulante	180.064	164.294
Recursos do Crédito Rural	2.320	853
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.320	853
Total não circulante	2.320	853

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8,5% a.a. com vencimentos até 15/11/2028, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2018	2017
Empréstimos no País - outras instituições	-	9.211
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	-	9.211
Total circulante	-	9.211

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2018	2017 (Reapresentado)
Cheques administrativos	3.047	1.964
Obrigações por convênios oficiais	-	1
Provisão para pagamentos a efetuar	7.337	7.180
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	77	226
Outras Contingências	16	21
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	2.418	2.416
Pendências a regularizar	79	6
Operações com cartões	13.775	9.357
Demais fornecedores	1.106	1.104
Credores diversos	1.055	1.290
Total circulante	28.911	23.564

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2018	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2018
Trabalhista	210	115	(255)	70
Cível	16	-	(9)	7
Total	226	115	(264)	77

Natureza	Probabilidade de perda	2018	2017
Trabalhista	Provável	70	210
Cível	Provável	7	16
Total		77	226

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 14; R\$ 2.829 (2017 - R\$ 11 e R\$ 1.765), respectivamente.

A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento o processo administrativo nº 5037279-69.2013.404.7100 versando sobre matéria tributária em que discute a "legalidade" da exigência da COFINS e da contribuição ao PIS. O processo encontra-se no aguardo de cadastramento pelo STF e posterior julgamento, tramitando junto à 3ª Vara Tributária da Justiça Federal de Porto Alegre e Prefeitura de Três de Maio, atingindo o valor de R\$ 1.493, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

A Cooperativa, adicionalmente, também possui em andamento processos administrativos versando sobre matéria tributária em que discute a incidência do tributo ISSQN. Os processos encontram-se em fase de impugnação administrativa tramitando junto à Secretaria Municipal da Fazenda do município de Três de Maio, atingindo o valor de R\$ 532, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2018	2017
Capital Social	55.266	51.701
Total de associados	57.327	57.800

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 3.565 (2017 – R\$ 851), sendo R\$ 6.653 (2017 – R\$ 3.911) via integralização de resultados e R\$ 828 (2017 – R\$ 965), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 3.916 (2017 – R\$ 4.025).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 5% em Conta Capital, no

montante de R\$ 2.628, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 70% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	41.436	40.089
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(17.403)	(16.837)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	41	17
Provisão resgate de milhas cartão	53	25
Provisão PPR	(131)	68
Receita com atos cooperativos	14.518	14.619
Juros sobre capital próprio	1.104	1.056
Outros	211	(106)
Subtotal	15.796	15.679
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(1.607)	(1.158)

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	66.783	11.311
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	-	21.679
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 06)	240.512	210.781
Outros Créditos - Rendas a receber	1.305	1.109
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	620	2.396
Investimentos (Nota 10)	24.356	24.356
Intangível (Nota 11)	7.007	5.720
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	182.384	165.147
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	-	9.211
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	14.142	9.390
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.178	2.536
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	7.725	6.904
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	16.302	23.923
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	7.377	8.272
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 20)	753	634
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 22)	8.854	8.438

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista	56	0,08%	31
Depósitos a prazo	1.455	0,40%	1.474
Operações de crédito	1.914	0,35%	2.040

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas chave da administração	2.328	3.176

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Despesa de água, energia e gás	619	518
Despesa de aluguel	1.393	1.321
Despesa de comunicação	908	1.037
Despesa de manutenção e conservação	1.465	1.329
Despesa de material	400	362
Despesa processamento dados	400	353
Despesa de promoções e relações públicas	1.661	1.562
Despesa de propaganda e publicidade	270	214
Despesa de seguro	156	137
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.733	1.728
Despesa de serviços de terceiros	812	943
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.344	1.303
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.489	1.274
Despesa de serviços de transportes	1.135	1.231
Despesa de viagem	307	98
Despesa de depreciação	2.086	1.643
Outras despesas administrativas	6.063	4.072
Total	22.241	19.125

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	2.964	1.991
Ingressos de depósitos intercooperativos(i)	15.489	22.702
Reversão de provisões operacionais	3.447	4.048
Outras rendas operacionais	3.986	2.677
Total	25.886	31.418

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito	853	973
Contribuições Cooperativistas	118	109
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	292	269
Contribuição Confederação Sicredi	6.522	5.777
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	740	682
Encargos da administração financeira	102	125
Repasses administradora de Cartões	280	508
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.450	1.430
Outras provisões operacionais	3.100	2.929
Outras despesas operacionais	2.957	1.993
Total	16.414	14.795

NOTA 23 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas (i)	116.337	98.425
Coobrigações em cessões de crédito	275	319
Total	116.612	98.744

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a

seguir:

- I - Estrutura de Gerenciamento de Capital
- Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:
- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

IV - Risco de Liquidez

O entendimento do Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2018	2017
Patrimônio de Referência (PR)	228.102	202.054
Nível I (NI)	228.102	202.054
Capital principal - CP	228.102	202.054
Capital social	55.266	51.701
Reservas de capital	172.646	146.196
Lucros acumulados	8.959	8.750
Ajustes Prudenciais	(8.769)	(4.593)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	756.614	669.726
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	2.206	1.368
Margem de Capital (i)	146.452	130.365
Índice de Basileia (PR / RWA)	30,15%	30,17%
Situação de Imobilização (imob)	16.817	16.960
Índice de Imobilização (imob / PR)	7,37%	8,39%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Evandro Pohl Sehn
Diretor Executivo
CPF: 977.995.560-72

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Três de Maio / RS, 06 de março de 2019.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Noroeste RS - Sicredi Noroeste RS e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,

Celso Benedetti
Conselheiro

Eugenio Schwaab
Conselheiro

Diogo Valdir Sperling
Conselheiro

Fabricao Deitos Fries
Conselheiro

Marlene Bandeira
Conselheiro



Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar – Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre- RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-6500
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR
INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Noroeste RS - Sicredi Noroeste RS
Três de Maio - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Noroeste RS - Sicredi Noroeste RS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Noroeste RS - Sicredi Noroeste RS em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – SP015199/O-6

Américo F. Ferreira Neto
Contador
CRC-1SP192685/O-9